



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXXVII — Nº 143

QUINTA-FEIRA, 14 DE OUTUBRO DE 1982

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 155ª SESSÃO, EM 13 DE OUTUBRO DE 1982

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagens do Senhor Presidente da República

Nºs 219 e 220/82 (nºs 423 e 424/82, na origem), restituindo autógrafos de projetos de lei sancionados.

1.2.2 — Discursos do Expediente

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Teor de carta do Arcebispo Metropolitano de Aracaju, dirigida ao Senador Jarbas Passarinho, de repúdio a campanha movida contra S. Exª em órgãos da Imprensa, procurando incompatibilizar S. Exª com a Igreja Católica e os estudantes.

SENADOR ADERBAL JUREMA — Homenagem de pesar pelo falecimento do ex-Senador Apolônio Salles.

1.2.3 — Requerimento

Nº 220/82, de autoria do Sr. Aderbal Jurema e outros Srs. Senadores, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Senador Apolônio Salles. **Aprovado**, tendo o Sr. Presidente se associado em nome da Mesa.

1.2.4 — Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR ALMIR PINTO — Encontro do clã *Saraiva Leão* realizado na cidade de Serra do Estevão, no município de Quixadá — CE.

SENADORA EUNICE MICHILES — Importância da agricultura brasileira e a necessidade da criação de uma linha de crédito específico para a cultura do guaraná.

1.3 — ORDEM DO DIA

Trabalho das Comissões

1.4 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — DISCURSO PROFERIDO EM SESSÃO ANTERIOR

Do Sr. Leite Chaves, pronunciado na sessão de 30-9-82.

3 — MESA DIRETORA

4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

5 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 155ª SESSÃO, EM 13 DE OUTUBRO DE 1982

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. CUNHA LIMA

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRs.
SENADORES:

Alexandre Costa — Helvídio Nunes — Almir Pinto — Mauro Benevides — Cunha Lima — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Lomanto Júnior — João Calmon — Amaral Peixoto — Dulce Braga — Vicente Vuolo — José Fragelli — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Leite Chaves — Lenoir Vargas.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — A lista de presença acusa o comparecimento de 20 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituindo autógrafos de projetos de lei sancionados:

Nº 219/82 (nº 423/82, na origem), de 11 do corrente, referente ao Projeto de Lei do Senado nº 182, de 1982-DF, que autoriza o Governo do Distrito Federal a contrair empréstimo interno destinado ao desenvolvimento do Programa de Aglomerados Urbanos. (Projeto que se transformou na Lei nº 7.039, de 11 de outubro de 1982.)

Nº 220/82 (nº 424/82, na origem), de 11 do corrente, referente ao Projeto de Lei nº 21, de 1982-CN, que extingue o cargo de Auditor-Corregedor; transforma a atual Auditoria de Correição em Corregedoria-Geral da Justiça Mili-

tar, atribuindo as funções de Corregedor ao Ministro Vice-Presidente do Supremo Tribunal Militar, com a denominação cumulativa de Ministro Corregedor-Geral, e dá outras providências. (Projeto que se transformou na Lei nº 7.040, de 11 de outubro de 1982.)

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — O Expediente lido vai à publicação.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Desejo comunicar ao Senado o teor de uma carta que o Arcebispo Metropolitano de Aracaju, Dom Luciano José Cabral Duarte, acaba de dirigir ao eminente Presidente desta Casa, o Senador Jarbas Passarinho.

Permito-me, nesta oportunidade, recordar aos que me ouvem que Dom Luciano Cabral Duarte é uma das mais destacadas figuras do Episcopado Brasileiro. Doutor em Filosofia pela Sorbonne, sempre ficou fiel a Sergipe, meu Estado, a terra onde nasceu, e lá viveu seus anos de Sacerdócio e de Episcopado. Sua personalidade de homem culto e de ardente apóstolo da Igreja Católica o projetou nacionalmente e internacionalmente. Para citar apenas um fato recente, nos primeiros dias de julho passado foi chamado pelo Serra Clube Internacional para abrir sua Convenção Internacional em Detroit, nos Estados Unidos, onde pronunciou também, perante uma assembléia de mil e quinhentos participantes, uma conferência sobre a situação das vocações sacerdotais no Brasil e na América Latina. Dom Luciano Duarte é o 1º Vice-Presidente do Conselho Episcopal Latino-Americano, o CELAM, Conselho que envolve todos os Episcopados dos vinte e dois países da América Latina.

Dom Luciano Duarte foi, de 1971 a 1977, presidente Nacional do Movimento de Educação de Base da CNBB, o MEB, eleito pelos Bispos do Brasil, através de seus organismos competentes, para tão honroso quanto difícil encargo. Naquela ocasião, como o MEB sempre trabalhou, desde seu começo em 1961, em convênio com o Ministério da Educação e Cultura, Dom Luciano Duarte teve a oportunidade de, nos anos de 1971 a 1974, conhecer de perto o então Ministro da Educação e Cultura, e hoje Senador Jarbas Passarinho, e da colaboração surgida entre ambos resultou a ampliação vigorosa do MEB, que, em 1970, era um Movimento em recesso e em franca decadência. Convém registrar que Membro do Conselho Federal de Educação, Dom Luciano Duarte presta àquele Colegiado a sua brilhante colaboração.

Sergipe reconhece a sua atuação no concernente à criação da Universidade Federal de Sergipe, pela qual trabalhou incansavelmente, e cuja instalação ocorreu quando fui Governador do Estado.

O Sr. Aderbal Jurema — V. Exª me permite um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Com muito prazer, eminente Senador Aderbal Jurema.

O Sr. Aderbal Jurema — Quero associar-me às manifestações que V. Exª faz à figura de Dom Luciano Duarte, figura ímpar no apostolado brasileiro. Por isso, em nome do meu Estado, o Estado de Pernambuco, transmito a V. Exª a nossa solidariedade.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Muito grato a V. Exª, nobre Senador Aderbal Jurema, pelo seu depoimento, pelo apoio que dá a respeito do Arcebispo Metropolitano de Aracaju, Dom Luciano José Cabral Duarte. Na verdade este é um apóstolo, este é um pastor de Cristo, este é um homem que semeia o bem, não semeia a discórdia e a desunião. Muito obrigado a V. Exª

Diante da campanha soez e injusta, movida por elementos do chamado clero progressista contra o eminente Presidente desta Casa, Dom Luciano Duarte dirigiu ao Senador Jarbas Passarinho a carta que tenho agora a satisfação de ler:

ARQUIDIOCESE DE ARACAJU

Praça Olímpio Campos, 228 Aracaju - Sergipe

Aracaju, 22 de agosto de 1982.

Ao Exmº Sr.
Senador Jarbas Passarinho
MD. Presidente do
Senado Federal
70.000 — Brasília—DF

Eminente e caro amigo,

Paz em Cristo!

Venho acompanhando, pela imprensa, a maldosa campanha de difamação, promovida de modo crescente, nos últimos meses, contra

a pessoa de Vossa Excelência. A injustiça sempre provoca em mim um sentimento de repulsa e de protesto. Ninguém tem o direito de difundir aleivosias ou de falsear a verdade.

Como tenho a honra de conhecer, de perto, Vossa Excelência, há treze anos, brotou em mim o sentimento espontâneo que me faz enviar-lhe este depoimento.

Vejo que o acusam, sobretudo, de duas inverdades: de ser inimigo da Igreja Católica e de ser inimigo dos estudantes.

Quanto ao primeiro ponto, poderia referir-me ao substrato básico de sua formação católica. Entretanto, quero, aqui, reportar-me a fatos que poucos conhecem e de que sou pessoalmente testemunha.

Refiro-me ao apoio decisivo e generoso que Vossa Excelência deu ao Movimento de Educação de Base (MEB), da CNBB, quando foi Ministro da Educação e Cultura, entre 1970 e 1974. Em agosto de 1971, o Episcopado do Brasil, através da Comissão Representativa da CNBB, elegeu-me para a difícil missão de Presidente Nacional do MEB. O Movimento de Educação de Base (MEB) se encontrava, então, numa situação aflitiva, de evidente decadência, caminhando para a agonia. Com o apoio incondicional de Vossa Excelência, conseguimos revitalizar o Movimento, elevando o número de Sistemas (ou seja: Núcleos) do MEB de dezoito para vinte e nove! Reviveram, então, numerosos Sistemas já existentes, na Amazônia e no Nordeste, que eram as áreas de atuação do MEB. Para citar alguns exemplos: foram redinamizados os Sistemas do MEB de Santarém, de Bragança (Diocese de Guamã) e Marabá, ainda hoje funcionando, enquanto sei, todos no Estado do Pará.

Devo testemunhar o quanto Vossa Excelência lutou, de maneira eficaz e decidida, para que o Movimento de Educação de Base (MEB) da CNBB, se revitalizasse. E assim pudesse andar pelo seu caminho certo de promoção humana integral, dentro dos princípios cristãos, ajudando centenas de milhares de brasileiros pobres. Como ter-se a audácia de chamá-lo de "inimigo da Igreja"? Minha voz se levanta para protestar.

Quanto aos que o acoimam de "inimigo dos estudantes", como a memória dos homens é curta, quero recordar que Vossa Excelência, ao assumir o Ministério da Educação, nos meses finais de 1969, encontrou 300.000 universitários em todo o Brasil. Ao afastar-se da pasta da Educação, em março de 1974, deixava ao Brasil um milhão de universitários matriculados nas Escolas públicas e privadas de nível superior do País. Posso atestá-lo como testemunha direta, pois eu era membro do Conselho Federal de Educação (e ainda tenho a honra de fazer parte deste nobre Colegiado) quando Vossa Excelência chegou ao Ministério da Educação em 1969, e quando o deixou em 1974. Sou testemunha também da ponderação e do alto senso de justiça com que Vossa Excelência conduziu os assuntos estudantis, naqueles anos difíceis.

Era o que tinha necessidade de dizer a Vossa Excelência, e aos que se interessarem pelos temas de que trata este depoimento.

O nobre amigo fará destas linhas o uso que lhe aprouver.

Com a estima e o respeito de sempre, em Jesus Cristo. — *Dom Luciano José Cabral Duarte*, Arcebispo Metropolitano de Aracaju, Membro do Conselho Federal de Educação, ex-Presidente Nacional do Movimento de Educação de Base da CNBB (entre 1971 e 1977).

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem! Palmas. O orador e cumprimentado.*)

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Concedo a palavra ao nobre Senador Aderbal Jurema.

O SR. ADERBAL JUREMA (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Venho a esta Tribuna hoje para prantear o desaparecimento de um grande brasileiro, o pernambucano de Altinho, Apolônio Salles, que foi Secretário de Agricultura em Pernambuco, Ministro da Agricultura por duas vezes, ambas quando governava este País o eminente brasileiro Dr. Getúlio Vargas.

Apolônio Salles foi o primeiro Presidente da CHESF, no Governo do eminente Presidente Marechal Eurico Dutra. Nesta Casa, Sr. Presidente, por duas vezes Apolônio Salles ilustrou este recinto com a sua contribuição de grande técnico da agricultura nacional.

Os jornais de hoje, tanto os da Capital Federal como *O Globo* e o *Diário de Pernambuco*, órgão mais centenário do Recife, assinalam o desaparecimento de Apolônio Salles ontem, à tarde, no Rio de Janeiro. Diz *O Globo* que Apolônio Salles foi "o modernizador da agricultura brasileira". Deixou filhos, como o Publicitário Mauro Salles e mais seis: Apolônio Salles Filho, Luís, Isabel, Regina, Fátima e Cláudio.

O Sr. Lourival Baptista — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ADERBAL JUREMA — Pois não, nobre Senador Lourival Baptista.

O Sr. Lourival Baptista — Associo-me ao pesar que V. Ex^a, e podemos dizer desta Casa, manifesto pelo falecimento de Apolônio Salles. Como bem disse V. Ex^a, Apolônio Salles exerceu o cargo de Secretário da Agricultura no seu Estado; foi Ministro da Agricultura duas vezes; foi Presidente da CHESF; foi Senador da República e Vice-Presidente desta Casa. Apolônio Salles era um homem puro, era um homem de bem, era um homem de fino trato, um homem que atendia a todos com solicitude. Refiro-me especialmente, nesta hora, à CHESF, que idealizou e dirigiu com probidade, fazendo com que essa Companhia se projetasse em todo o Nordeste. Quanto Governador do Estado, tive a satisfação de várias vezes procurar Apolônio Salles na Companhia Hidrelétrica do São Francisco e lá ser atendido por ele da melhor forma e da melhor maneira, sempre levando em conta as nossas reivindicações. Nesta hora não é só Pernambuco que perde um grande vulto. É o Brasil. Apolônio Salles foi modelo, foi um homem que viveu para trabalhar pela sua terra, pela sua gente, pelo País. Sua gestão à frente do Ministério da Agricultura também foi extraordinária, muito trabalhou, muito fez e impulsionou, naquela oportunidade, a agricultura. Quanto ao excepcional desempenho de Apolônio Salles como Senador, que prestou ao Nordeste e ao Brasil os mais assinados Serviços, os arquivos das Comissões Técnicas e os Anais do Senado Federal perpetuam as suas intervenções, os seus pronunciamentos e os inúmeros projetos que o caracterizam como técnico de invulgar competência e profundo conhecedor dos problemas brasileiros.

Neste momento, asseguro a V. Ex^a que Sergipe também sente, lastima e chora o desaparecimento de Apolônio Salles. Este sentimento é externado também à família de Apolônio Salles, aos seus filhos, que dignificam o seu nome. V. Ex^a faz muito bem em externar seus sentimentos. Associo-me de pleno coração à homenagem sincera que V. Ex^a presta a esse brasileiro insigne que conheci e muito admirava; Apolônio Salles.

O SR. ADERBAL JUREMA — Senador Lourival Baptista, em nome do meu Estado, agradeço as suas palavras solidárias, quando notícia com pesar, desta Tribuna, o falecimento do ex-Senador, do ex-Ministro Apolônio Salles.

O Sr. Saldanha Derzi — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ADERBAL JUREMA — Pois não, nobre Senador Saldanha Derzi.

O Sr. Saldanha Derzi — Em nome das Oposições, solidarizamos-nos com V. Ex^a, nesta hora em que comunica à Casa o falecimento desse grande brasileiro que foi Apolônio Salles, que conhecemos quando na Câmara dos Deputados, e ele no Senado Federal. Realmente era um homem raro, um homem habilidoso, um homem de alto espírito público, um técnico, e um político também, com grandes serviços prestados à Nação. Pela sua inteligência, dedicação, amor às causas brasileiras, Apolônio Salles realmente deixa uma admiração em todos nós. Sentimos o desaparecimento do cenário nacional dessa grande figura, a quem o Brasil deve prestar esta homenagem, porque foi um técnico e um grande político, sobretudo um grande brasileiro, com largos serviços prestados à Nação.

O SR. ADERBAL JUREMA — Nobre Senador Saldanha Derzi, as palavras de V. Ex^a vêm confortar o meu Estado, porquanto V. Ex^a, como Líder do PMDB, se associa às manifestações de pesar que nesta hora encaminhamos à Mesa, pela morte do grande homem público brasileiro Apolônio Salles.

Tinha razão o Senador Lourival Baptista quando assinalava a atuação de Apolônio Salles à frente da CHESF. Ainda hoje o *Correio Braziliense*, noticiando o desaparecimento desse grande vulto brasileiro, chamava-o de "Criador da CHESF" — Companhia Hidrelétrica do São Francisco. Não apenas criador da CHESF, como também renovador da agricultura brasileira, pois Apolônio Salles, de grande sensibilidade política — diga-se de passagem, nunca deixou que seus conhecimentos técnicos, realizados na Escola de Agronomia de São Bento e depois aperfeiçoados nos Estados Unidos da América, ofuscassem a sua arguta sensibilidade política.

Por isso que Apolônio Salles deixa uma biografia onde aqueles que o conheceram pessoalmente não poderão traçar os limites entre a sua bondosa personalidade, a sua postura humilde de homem público, com a sua competência técnica. Era um homem assim, naquela simplicidade quase que diria franciscana. Apolônio Salles podia sair do Ministério da Agricultura numa crise como aquela que levou o Presidente Getúlio Vargas ao suicídio, e candidatar-se novamente Senador por Pernambuco, e ser eleito para esta Casa.

Por aí, Srs. Senadores, podemos ter uma pálida, uma rápida idéia do perfil dessa figura admirável de pernambucano de Altinho que foi Apolônio Salles, esse homem que Pernambuco e o Brasil inteiro hoje choram o seu desaparecimento. Daqui, desta tribuna, na Liderança do Partido Democrático Social, com a solidariedade do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, Sr. presidente, encaminho à Mesa, para que conste de ata um voto de profundo pesar pelo desaparecimento da figura admirável de técnico e de homem público que foi Apolônio Salles.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 220, DE 1982

Requeremos, na forma regimental, e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do ex-Senador Apolônio Salles:

- inserção em ata de um voto de profundo pesar;
- apresentação de condolências à família e ao Estado de Pernambuco.

Sala das Sessões, 13 de outubro de 1982. — *Aderbal Jurema* — *Lourival Baptista* — *Saldanha Derzi*.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Ao anunciar o cumprimento da deliberação da Casa, a Mesa, neste instante ocupada por um nordestino, vem se solidarizar com as palavras do nobre Senador Aderbal Jurema e dos Srs. Senadores Lourival Baptista e Saldanha Derzi, que o apartearam incorporando-se à homenagem de pesar pelo falecimento do inolvidável nordestino Apolônio Salles. Faço-o, também, com a alma nordestina, reconhecendo naquele homem, naquela figura de administrador e de homem público, um dos grandes benfeitores do Nordeste, não só nas duas oportunidades em que ocupou o Ministério da Agricultura, quando pôde desenvolver a agricultura, não só no Nordeste, como em todo o Brasil, e, de certa forma, fortalecendo o cooperativismo, e também, pelo grande marco da sua vida pública que foi a criação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, obra que nós consideramos a maior em termos estruturais e que trouxe maiores benefícios ao Nordeste e conseqüentemente à Nação.

Por isso, a Mesa se associa, e eu, particularmente, em nome da Paraíba, um dos beneficiários do seu espírito público e da sua capacidade administrativa, prestamos também a nossa insofismável solidariedade, cumprindo, assim, a justa determinação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Tem a palavra o nobre Senador Almir Pinto.

O SR. ALMIR PINTO (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Prenunciam-se grandiosas as festividades que o clã *Saraiva Leão* levará a efeito quando do encontro que se realizará neste fim de semana, na majestosa Serra do Estevão, no próspero município de Quixadá, sertão Central do meu Ceará.

Será uma semana, por sinal, a sétima em que a numerosa família Saraiva Leão se reunirá em Convenção Anual, visando o maior conhecimento e entrelaçamento entre os descendentes do primeiro Saraiva Leão que aportou às plagas cearenses, vindo de Portugal no século XVIII.

O saudoso homem de letras que tanto ilustrou a cultura alencarina, que foi Hugo Victor Magalhães, no seu esboço histórico ao escrever o livro "Deputados Provinciais e Estaduais do Ceará", faz menção à página 169, ao nome de Antonio Elias Saraiva Leão — Padre e Bacharel em Direito, ordenado pelo Seminário de Olinda, em 1836 e diplomado pela Academia da mesma cidade em 1845 — e não como querem alguns historiadores — em 1842, exclusivo Alberto Amaral — Júlio Abreu e Leonardo Mota, e, sobretudo Clóvis Beviláqua". O saudoso Hugo Victor, para maiores esclarecimentos sobre a personalidade de Antonio Elias Saraiva Leão, concedeu a palavra ao Barão de Studart, que ofereceu dados importantes sobre a vida deste importante membro da família Saraiva Leão. Diz o Barão de Studart:

"Ele veio habitar com a avó D. Ana Batista da Costa Coelho na fazenda Saco, a 3 léguas de Morada Nova, que ainda não era povoação. D. Ana foi quem concorreu com as despesas de sua orde-

nação. Fez-se capelão da barra do Sitiá, cerca de 20 anos, vivendo modestamente. O Bispo D. Luiz Antônio dos Santos procurou atraí-lo, pela notícia de sua ilustração e virtudes, para exercer um cargo em Fortaleza, constando que lhe destinava o Vigariato Geral, mas foram vão todos os esforços do eminente Prelado. Nunca quis ser pároco e só por obediência ocupou a vigararia de Quixeramobim, durante cerca de três anos. Era um homem de sentimentos nobre e filantrópicos. No período da grande calamidade de 1877 a 1879 se salientou por atos de piedade e caridade. Em seu sítio na fazenda Saco deixou a distração de que usava — o jogo de espadilha entre os amigos — por lhe ter chegado aos ouvidos que alguém achava pouco edificante aquele passatempo. Não cultivava seu talento como merecia, pretextando má saúde, entretanto possuía bons livros de ciência, direito civil e eclesiástico. Já um pouco idoso começou a advogar em Quixeramobim, mas tendo obtido para um seu cliente uma sentença, que lhe pareceu injusta e ilegal, indignou-se e lavrou um protesto de não mais advogar, o que cumpriu. Fundou uma fazenda de criar — Monte Alverne — à margem esquerda do Banabuiú, onde celebrava em Oratório os officios divinos. Faleceu em 1896, já privado do uso da vista e da razão, havia 3 ou 4 anos, na fazenda — Soledade — pertencente a Antônio Elias Saraiva de Brito.”

Foi vigário de Quixeramobim de 1º de setembro de 1872 a 23 de dezembro de 1875.

“Nasceu a 8 de dezembro de 1808, sendo seus pais o fazendeiro Luiz de Brito Lira Filho de Cosme Leitão de Souza e D. Laura de Távora, naturais de Pernambuco, e cujos progenitores foram, se diz, vítimas do despotismo brutal do Marquez de Pombal —, e D. Júlia de Santa Ana Maria da Encarnação, filha do tenente-coronel de milícias — Antônio Saraiva Leão, fazendeiro opulento.”

Parece-me interessante ressaltar que os Saraiva Leão, são pioneiros na realização de encontros anuais, cada vez numa cidade diferente do Nordeste, visando com isto aprofundar as informações sobre a árvore genealógica e homenagear algum antepassado ilustre.

Mencione-se, por oportuno me parecer, que à família Saraiva Leão é atribuída duas peculiaridades: em cada geração existe um historiador que registra no papel os fatos importantes ocorridos, entre os seus membros; e curioso é o fato, decorrido há duzentos anos, só se casarem dentro da família, sempre primo com prima.

Sabe-se que os Saraiva Leão estão entrelaçados com outras famílias cearenses: os Bezerra de Menezes, os Furtado de Mendonça e os Castelo Branco.

É natural que haja na família um líder encarregado de realizar as convenções anuais.

O nome em destaque, não é outro senão, o do historiador Fernando Saraiva Câmara, membro do Instituto Histórico do Ceará.

Para que se tenha uma idéia exata do que representa em número a descendência do Cel. Saraiva Leão, basta que se diga que somam mais de 10 mil pessoas.

Se fosse possível reuni-los em uma cidade do interior, sua população teria que ser evacuada para que os Saraiva Leão pudessem nela instalar-se!...

Quero Sr. Presidente, Srs. Senadores, com este singelo registro, prestar a minha homenagem à tradicional família que tem raízes profundas no Ceará e da qual fazem parte personalidades ilustres que me honram com a sua amizade.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Tem a palavra a nobre Senador Eunice Michiles.

A SRª EUNICE MICHILES (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

É com imensa satisfação que abordo, neste momento, um dos assuntos que venho debatendo a longo tempo, pela importância que essa atividade representa para a economia do Brasil, que é a agricultura.

Analisando a atual crise pela qual vem atravessando o País, agravada pela conjuntura internacional, temos o dever de destacar a participação da agricultura como instrumento decisivo para conter a inflação e de reequilibrar a economia nacional.

Essa afirmação pode ser comprovada na desaceleração do crescimento do item “alimentação”, dentro do índice de Custo de Vida, bem como pelo equilíbrio na balança comercial, através das exportações de produtos agropecuários, industrializados e *in natura*, onde destacamos o crescimento das receitas com soja, açúcar, suco de laranja, carnes em geral, cacau e café.

Deve-se ressaltar que, muito embora o preço no mercado internacional de produtos como a soja e o açúcar esteja em baixa, não tira a importância da grande contribuição que cada um desses produtos representa na pauta de exportações. É preciso atentar ainda para o grande avanço no desenvolvimento das fontes alternativas de energia, a partir da biomassa, como a utilização de biodigestores e de óleos vegetais, e madeira, para o aquecimento industrial e movimentação de maquinário agrícola, bem como a excelente contribuição que vem dando o PROÁLCOOL.

Necessário se faz porém que as autoridades responsáveis pela agricultura brasileira, e de forma especial o dinâmico Ministro da Agricultura Ângelo Amaury Stábile, oriente o crescimento do setor agropecuário para operar em regime de economia de mercado, onde os mais eficientes tenham condições de obter maiores lucros, e dessa forma oferecer aos consumidores a oportunidade de adquirirem alimentos a preços mais baixos. Entendo que isso só ocorrerá com o aumento da produção e da produtividade, a partir do uso racional do trabalho sobre o solo. Fica aqui a nossa sugestão.

Outro ponto importante a ser considerado, é o ligado aos subsídios destinados à atividade agrícola. Estamos plenamente de acordo com as posições que vem sendo adotadas pelo Ministro Stábile, em defesa da manutenção desses subsídios, pelo menos até que o País saia da crise pela qual atravessa. Temos o dever de apoiar, da melhor forma possível, os nossos agricultores, especialmente os mini e pequenos produtores, visto que são os responsáveis por cerca de 70% dos alimentos produzidos no País.

Aqui é necessário fazer uma pequena pausa para elogiar a preocupação e a prioridade que o Presidente João Figueiredo vem dando a nossa agricultura, que, de forma simples e objetiva, vem conseguindo superar uma série de obstáculos, e quebrando, pela terceira vez consecutivamente, o recorde nacional de produção de grãos. Os indicadores demonstram que, terminada a atual safra agrícola, teremos atingido os 56 milhões de toneladas de grãos. Devo registrar, merecidamente, os meus aplausos aos agricultores brasileiros e às autoridades responsáveis pela área, por esse grande feito.

Essa disposição de plantar, demonstrada pelos agricultores brasileiros, está fundamentada na confiança depositada na política do atual governo, orientada para a agricultura e executada muito bem pelo Ministro Stábile. Tal política está apoiada em três instrumentos básicos para estimular e promover as atividades do produtor, que são:

- a) conta sem limite para financiar o plantio
- b) preços mínimos de garantia
- c) seguro do Proagio.

De forma sucinta, podemos dizer que o tripé anteriormente mencionado, montado pelo Governo do Presidente Figueiredo para dar sustentação à prioridade dada à agricultura, pode ser descrito da seguinte forma: o Governo garante crédito para o plantio, assegura a compra de todo o excedente de produção não absorvida pelo mercado, a preços mínimos, e caso ocorra frustração de safra por problemas climáticos, oferece a segurança da cobertura do Proagio (Programa de Garantia da Atividade Agropecuária). Estou certa de que essa é a política correta para a nossa agricultura, pelos resultados que estamos alcançando e que a mesma só deve ser corrigida para se ajustar às novas variáveis que venham a surgir no dia-a-dia, tanto internamente como no exterior.

Com essa breve análise sobre a importância da agricultura para a economia do Brasil, passarei a fazer uma abordagem sobre a situação da agricultura na Região Amazônica.

Temos defendido um tratamento diferenciado para aquela imensa área, considerando as suas características e peculiaridades, e estamos plenamente de acordo com as posições de alguns estudiosos daquela Região, entre eles podemos citar o Dr. Eliseu Alves, Presidente da EMBRAPA, o Dr. José Matias Pereira, do IPEA, que defendem a utilização das terras firmes da Amazônia com culturas de grande intensidade como o dendê, a seringueira, o cacau e o guaraná, e, nas várzeas, a produção de cultura de ciclo curto, de forma especial as voltadas para a produção de bens de primeira necessidade, como o arroz, feijão, milho e mandioca. Isto porque ainda conhecemos muito pouco sobre o ecossistema existente naquela Região, especialmente no que tange ao clima e a conservação dos solos existentes naquela área.

Essa preocupação vem sendo também manifestada pelo Ministro da Agricultura e traduzida na orientação e nas ações que vêm sendo desenvolvidas pelo Ministério da Agricultura na Região Amazônica, de forma especial pela EMBRAPA, na área da pesquisa, e pela EMBRATER, através das EMATERs, dos Estados, na área da assistência e extensão rural. Os resultados obtidos até então, os quais podemos definir como promissores, vêm demonstrando a necessidade de um maior apoio pelo Governo Federal,

para a agricultura na Região, especialmente no que tange à criação de novas alternativas, essas baseadas em atividades agrícolas adequadas ao sistema ecológico da Região, nos moldes do que já vem ocorrendo com a implantação dos Programas de Borracha — PROBOR I, II e em fase de implantação o III, onde além da pesquisa, assistência técnica e extensão rural, existe uma linha de crédito específica para a citada cultura, a juros subsidiados.

E respaldada nos lucros e resultados que esses PROBORs. vêm conseguindo no sentido de melhorar a renda e a qualidade de vida de nossos agricultores da Amazônia, é que temos defendido com muita convicção a necessidade de o Governo Federal criar um programa semelhante ao existente para a Borracha, para a cultura do guaraná. Devemos alertar que o País, caso o Governo Federal não adote medidas de apoio a essa importante cultura, está correndo sério risco de perder a oportunidade e a primazia no setor do guaraná. Como brasileiros, devemos evitar que ocorra com o guaraná o que ocorreu com a seringueira, no início desse século.

Os dados existentes demonstram a viabilidade econômica do produto guaraná, que possui uma demanda não atendida internamente pela produção atual, bem como pela demanda do mercado externo, especialmente o Japão e os Estados Unidos da América. Podemos traduzir esses dados da seguinte forma: com uma produção atual de 931 toneladas/ano, para uma demanda interna de 2.050 toneladas/ano. De acordo com a projeção da demanda de guaraná para 1985, será necessário uma produção de 5.900 toneladas/ano para atender à necessidade interna e externa do produto guaraná.

Esses números reforçam a minha posição em favor da necessidade da criação de um programa racional, onde deve estar incluída uma linha de crédito específica para apoiar a cultura do guaraná.

É com muita satisfação que recebi, recentemente, a manifestação de apoio do Ministro Amáury Stábile, no sentido de criar uma área dentro do Ministério da Agricultura, voltada para o assunto guaraná, e segundo informações daquela Pasta, o Ministro Stábile já teria aprovado no âmbito do seu Ministério um "Programa Nacional de Estímulo ao Desenvolvimento da Cultura do Guaraná", onde estaria prevista a implantação de 16.000 hectares de guaraná, no período de 1983/1985, nos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia, Mato Grosso, Pará e, excepcionalmente, a Bahia, que além dos cinco Estados mencionados, também possui tradição no trato da cultura do guaraná.

Fica aqui o meu apelo ao Presidente João Figueiredo, para que olhe com carinho o pleito que ora formulamos, pois representa uma velha e grande aspiração de nossos agricultores da Região Amazônica. Este apelo também se estende aos Ministros Ernãne Galvêas e Delfim Netto, da Fazenda e de Planejamento, no sentido de que apoiem a pretensão do Ministério da Agricultura, com vistas à criação do citado programa do guaraná, pois o mesmo irá beneficiar milhares de famílias de pequenos agricultores daquela sofrida região, criando, dessa forma, uma nova alternativa econômica, com profundos reflexos no social, que é o desenvolvimento da cultura do guaraná. Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Trabalho das Comissões

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para Ordem do Dia da próxima.

Trabalho das Comissões

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 30 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. LEITE CHAVES NA SESSÃO DE 30-9-82 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:

O SR. LEITE CHAVES (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Cessada a greve dos professores secundaristas, no Paraná, continua o Governo a responsabilizar os professores líderes de associação, com base na Lei de Segurança Nacional.

Isso tem causado espanto no Estado, porque o atual Governador, Dr. Hosken de Novaes, jurista reconhecido, de Londrina, homem liberal, passou a assumir um comportamento diametralmente oposto àquele que, ao longo da vida, exercera.

Os professores estaduais entraram em greve, Sr. Presidente, porque o Estado não cumprira um acordo bilateral firmado no ano passado. Jamais o Estado poderia invocar condições de autonomia ou mesmo de soberania nacio-

nal ou intocabilidade nacional para a Lei de Segurança, porque quando assinara um acordo ele passou a ser parte ao nível das outras partes.

Recentemente, em viagem pelo interior do Estado, constatei que diversos professores estão sendo interrogados e, após haver a denúncia, a ação se torna indisponível e um professor terá que responder longamente a um inquérito vexatório sem causa alguma. Tomei a iniciativa de apelar para a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, no sentido de que intervisse e pudesse ser uma conciliadora entre as partes, já que nós, da Oposição, não temos condições para isso e a própria Igreja, que foi medianeira no passado, está sob efeito de suspeita.

Renovo aqui o apelo que fiz ao Presidente da Ordem dos Advogados do Paraná no sentido de que manifeste a sua boa vontade para que evite que dezenas de professores venham a responder imerecidamente por processo de Lei de Segurança Nacional, quando se houveram eles, apenas, no exercício do cumprimento de um ônus que era da orientação da classe em razão de decisões de assembléia.

Outro ponto que me traz à tribuna, é o longo telex da OCEPAR, da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, assinado pelo Sr. Van Kaick, quando reclama da falta de financiamento a todos os níveis para a agricultura do Paraná. O telex é longo, mas muito claro, e peço a V. Ex.^a que o considere como parte integrante do meu discurso.

Muito obrigado. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LEITE CHAVES EM SEU DISCURSO:

De: Organização das Cooperativas do Estado do Paraná — OCEPAR
Curitiba/PR TLX 2578/82

Excelentíssimo Senhor
Francisco Leite Chaves
Senado Federal
Brasília — DF

Para conhecimento e apoio de Vossa Excelência, retransmitimos teor telex enviado ao Presidente da República, Ministros da Fazenda, Agricultura, Planejamento, Gabinete Civil do Palácio do Planalto e outros órgãos ligados à área econômica. Quote

A Organização das Cooperativas do Estado do Paraná — OCEPAR, entidade de representação da classe cooperativada, ex vi, do disposto na Lei nº 5.764, de 16-12-71, representando mais de 130.000 associados, vem à presença de Vossa Excelência, traduzir a grande intranquilidade, manifestada pelas principais lideranças reunidas em Curitiba no dia 21-9-82, quando decidiram que suas preocupações fossem levadas ao conhecimento das autoridades governamentais.

Votaram, outrossim, pelo estado de mobilização permanente da classe, julgado necessário ao diálogo com as autoridades governamentais, até que seja alcançado o satisfatório atendimento das necessidades financeiras dos agricultores, mormente os mini, pequenos e médios produtores.

Assim, considerando:

— que o limite de expansão de 70% no crédito rural, imposto ao Banco do Brasil S.A., reduziu em mais de 20% o poder de atendimento de crédito rural à crescente clientela de agricultores mutuários do Banco, medida agravada ainda com a incorporação de novos mutuários pelos postos avançados, recém-inaugurados no Estado;

— que esta restrição imposta ao Banco do Brasil S.A., não está sendo compensada, proporcionalmente, pela rede bancária privada, quer no que diz respeito aos recursos obrigatórios de custeio, quer nos recursos complementares (sujeitos à correção na base da ORTN + 12%) presenciando-se, muito pelo contrário, o indéferimento de pedidos de financiamento de custeio às cooperativas para posterior repasse aos associados, bem como, a devolução de cédulas já assinadas pelos produtores, alegando indisponibilidade de recursos;

— que os agricultores em sua maioria estão com suas terras preparadas, sendo que no Paraná, já encontram-se plantadas 50% das áreas estimadas de plantio de feijão (760.000 ha), 10% de milho (2.300.000 ha), 5% de algodão (400.000 ha), (apenas para citar algumas das principais culturas), com os agricultores em franca fase de plantio, supridos substancialmente, em suas necessidades de insumos e combustíveis pelas cooperativas, com o que estas, já comprometeram a totalidade de seu capital de giro e estoque de insumos;

— que a recente decisão do Banco Central do Brasil em vedar a satisfação da exigibilidade de atendimento dos pedidos de custeio de insumos das cooperativas para posterior repasse aos associados dentro da obrigatoriedade de aplicação dos 70% dos recursos obrigatórios, transferindo esta satisfação

para os restantes 30% desses recursos, em sua totalidade já comprometidos pelos bancos em operação de descontos de títulos ou investimentos, tirou da cooperativa sua principal função de defesa dos interesses econômicos do agricultor (principalmente do mini, pequeno e médio), pelo exercício do poder de barganha, quando da compra dos insumos junto aos oligopólios controladores (fertilizantes, defensivos, máquinas, equipamentos, sementes, etc.).

Concluem:

1 — Que a falta endêmica de recursos, não só do Banco do Brasil S.A. como também da rede privada está levando um grande pânico aos produtores e suas cooperativas que não vêem como evitar plantios fora da melhor época, redução das áreas de cultivo e, principalmente, perda de produtividade.

2 — Que o ciclo biológico das principais culturas econômicas não permite sua vinculação ao orçamento monetário, administrado rigidamente e de forma intralimite orçamentário pelo Banco do Brasil S.A., o que fatalmente levará a prejuízos irreparáveis aos agricultores, pela liberação de recursos fora da época adequada.

3 — Que as cooperativas, cumprindo sua função econômico-social, estão atendendo amplamente os associados com insumos e assistência técnica, comprometendo, todavia, seu capital de giro e estoques, o que fatalmente virá afetar sua saúde econômica futura, podendo muitas delas, principalmente as de menor resistência financeira, tornarem-se inadimplentes perante seus credores, com graves prejuízos para a sociedade.

E finalmente reivindicam:

a) A alocação de recursos suplementares ao Banco do Brasil S.A. da ordem de 7 bilhões de cruzeiros no mês de setembro e 10 bi-

lhões de cruzeiros no mês de outubro, para atender a demanda reprimida dos custeios.

b) A suplementação da rede privada em 10 bilhões de cruzeiros em igual período, para o atendimento dos médios e grandes produtores, uma vez que os meses de setembro e outubro são decisivos na implantação das culturas de verão.

c) A revogação da vedação da satisfação da exigibilidade de que trata o MCR 18-2-12-“A” combinado com o MCR 12-3 (concessão de créditos às cooperativas para aquisição de bens para posterior fornecimento aos associados), devolvendo ao associado a garantia de atendimento através da cooperativa, bem como a garantia do exercício de seu poder de barganha por melhor qualidade e preços.

d) A ampliação do limite dos créditos de repasse de custeio do Banco do Brasil S.A. pelas cooperativas aos associados, no mesmo percentual da expansão do limite de 70% autorizado pelas autoridades monetárias ao Banco do Brasil S.A., para plena utilização das estruturas de apoio mantidas e custeadas pelas cooperativas e desafogo das agências do Banco do Brasil S.A., objetivando um racional e adequado atendimento do produtor.

Dado a gravidade da situação aqui apontada, as lideranças agrícolas do estado permanecem alertas e na expectativa de uma rápida solução de seus pleitos.

Saudações cooperativistas. — *Guntolf Van Kaick*, Presidente OCEPAR.